

## ANEXO VI – CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS

### OFICIAL LEGISLATIVO - NÍVEL MÉDIO

#### LÍNGUA PORTUGUESA

#### PROGRAMA

Compreensão e interpretação de textos. Tipos e gêneros textuais. Coerência e coesão textual. Texto e discurso. Formação e significação de palavras. Sinonímia, antonímia e polissemia. Ortografia e acentuação. Tipos de frases. Emprego dos sinais de pontuação e seus efeitos de sentido. Morfologia: emprego e classificação das palavras. Concordância verbal e concordância nominal. Regência verbal. Sintaxe: estrutura da oração e do período composto.

#### REFERÊNCIAS

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. Vocabulário ortográfico da língua portuguesa, versão eletrônica. Disponível em: <<https://www.academia.org.br/nossa-lingua/busca-no-vocabulario>>.

ANTUNES, Irandé. Análise de textos - Fundamentos e práticas. São Paulo: Parábola, 2010.

BECHARA, Evanildo. Moderna gramática portuguesa. 39ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2019.

CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. 7ª ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2016.

KOCH, Ingedore Grunfeld Vilaça; ELIAS, Vanda Maria. Ler e compreender - Os sentidos do texto. 3ª ed. São Paulo: Contexto, 2010.

LEXIKON. Dicionário Caldas Aulete, versão eletrônica. Disponível em: <<http://www.aulete.com.br/>>.

#### MATEMÁTICA E RACIOCÍNIO LÓGICO

#### PROGRAMA

#### MATEMÁTICA

Conjunto dos números naturais: operações, divisibilidade, decomposição de um número natural nos seus fatores primos, múltiplos e divisores, máximo divisor comum e mínimo múltiplo comum de dois ou mais números naturais. Conjunto dos números inteiros: operações. Conjunto dos números racionais: propriedades, operações, valor absoluto de um número, potenciação e radiciação. O conjunto dos números reais: números irracionais, a reta real, intervalos. Sistema de medida, sistema métrico decimal, unidade de comprimento, unidades usuais de

tempo, razões, proporções, grandezas direta e inversamente proporcionais, regra de três simples e composta, porcentagem, juros, equações de 1º grau, sistema de equações. Cálculo de área e perímetros de figuras planas. Leitura e identificação de dados apresentados em gráficos de colunas e tabela. Análise combinatória e probabilidade.

### REFERÊNCIAS

- DANTE, Luiz Roberto. *Matemática – Contexto e Aplicações* – Volume Único – 3ª Edição. Editora: Ática.
- DANTE, Luiz Roberto. *Coleção Teláris Matemática*- Volumes; 6º,7º, 8º,9º anos. 2015. Editora Ática.
- DOLCE, Osvaldo; IEZZI, Gelson. *Matemática - Ciência e Aplicações* - Ensino Médio - Vol.1,2 e 3. 5ª Ed. 2010. Editora: Atual.
- SMOLE, Kátia Stocco, DINIZ, Maria Ignez – *Matemática Ensino Médio* – Vol. 1, 2 e 3. 9ª edição. Editora: Saraiva.

### RACIOCÍNIO LÓGICO

Estrutura lógica de relações arbitrárias entre pessoas, lugares, coisas ou eventos fictícios; dedução de novas informações das relações fornecidas e avaliação das condições usadas para estabelecer a estrutura destas relações. Conhecimentos de matemática elementar necessários para resolver questões que envolvam estruturas lógicas, lógica de argumentação, lógica das proposições, uso dos conectivos (e, ou, não, se... então), tabelas verdade, relações, gráficos e diagramas. Raciocínio lógico envolvendo problemas aritméticos e geométricos com: Teoria dos Conjuntos (união e intersecção, diagrama de Venn ) sequências numéricas; máximo divisor comum e mínimo múltiplo comum; análise combinatória ;estatística e probabilidade.

### REFERÊNCIAS

- CABRAL, Luis Cláudio; NUNES, Mauro César. *Raciocínio lógico e matemática para concursos*. 2. Ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.
- DANTE, Luiz Roberto. *Matemática Contextos e Aplicações*. São Paulo: Editora Ática, 2014, 3v.
- IMENES, Luiz Márcio. *Matemática para todos: Ensino Fundamental 5a a 8a séries*. São Paulo: Editora Scipione, 2006.
- MORGADO, Augusto César; CÉSAR, Benjamin. *Raciocínio lógico-quantitativo*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.
- SÁ, Ilydio Pereira de. *Raciocínio Lógico: concursos públicos, formação de professores*. 1.ed. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2008.
- SERATES, Jonofon. *Raciocínio Lógico*. 7.ed. Brasília: JONOFON, 1998. Volume I e II.

### LEGISLAÇÃO

### PROGRAMA

Conhecimento da legislação do Município de Uberlândia, Lei Orgânica, Lei de Licitações e Estatuto do Servidor Público, entre outros atos normativos.

### REFERÊNCIAS

- Regimento Interno da Câmara Municipal de Uberlândia. Resolução nº 031/2002.
- Lei Orgânica do Município de Uberlândia.

Lei Complementar Municipal nº 040/1992 e suas alterações (Estatuto do Servidor Público do Município de Uberlândia).

Lei Complementar Municipal nº 647/2018 e nº 705/2020 suas alterações (Plano de Cargos e Carreiras da Câmara Municipal de Uberlândia).

Lei nº 8.666/1993 e suas alterações (Lei de Licitações).

Lei nº 10.520/2002 e suas alterações (Institui a modalidade de licitação denominada Pregão).

Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações (Institui o Estatuto Nacional da ME e EPP).

Lei Municipal nº 8.814/2004 (Disciplina o Processo Administrativo no Âmbito Municipal).

Decreto Municipal nº 18.389/2019 (Regulamenta, no âmbito do Poder Executivo Municipal, a responsabilização objetiva administrativa de pessoas jurídicas, de que trata a Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto 2013 e suas alterações, pela prática de atos contra a administração pública municipal).

CARVALHO FILHO, José dos Santos. *Manual de Direito Administrativo*. 32. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

FERNANDES, Bernardo Gonçalves. *Curso de Direito Constitucional*. 10. ed. Salvador: JusPodivm, 2018.

## ATUALIDADES

### PROGRAMA

Atualidades e conhecimentos gerais do Município de Uberlândia, do Estado de Minas Gerais e do Brasil, estabelecendo conexões com acontecimentos mundiais.

Conhecimentos relativos a aspectos históricos, geográficos, políticos, econômicos, culturais e sociais do Município de Uberlândia, do Estado de Minas Gerais e do Brasil.

### REFERÊNCIAS

Livros de História de Minas Gerais e do Brasil (didáticos, paradidáticos, ensaísticos ou científicos).

Livros de Geografia de Minas Gerais e do Brasil (didáticos, paradidáticos, ensaísticos ou científicos).

Imprensa escrita, falada, televisiva ou por redes digitais.

Sítio eletrônico oficial da Prefeitura Municipal de Uberlândia: <http://www.uberlandia.mg.gov.br>

Sítio eletrônico oficial da Câmara Municipal de Uberlândia: <https://www.camarauberlandia.mg.gov.br/>

Sítio eletrônico do IBGE relativo ao Município de Uberlândia: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/uberlandia/>

Sítio eletrônico Cidade-Brasil, Município de Uberlândia:

<https://www.cidade-brasil.com.br/municipio-uberlandia.html>

Sítio eletrônico do SENAC Minas:

[http://www.descubraminas.com.br/Turismo/DestinoPagina.aspx?cod\\_destino=618&cod\\_pgi=2466](http://www.descubraminas.com.br/Turismo/DestinoPagina.aspx?cod_destino=618&cod_pgi=2466)

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS: OFICIAL LEGISLATIVO**

**PROGRAMA**

Noções de Administração, fundamentos, funções, conceitos, princípios. Estoques, gestão de estoques e almoxarifado. Atividades e conceitos correlatos. Inventário e práticas de inventário. Uso e conservação de equipamentos. Compras, fundamentos da gestão de compras, atividades e conceitos correlatos. Recursos humanos, fundamentos da gestão de pessoas, práticas de recursos humanos. Finanças, noções de finanças e finanças empresariais. Juros, capitalização e descontos. Empréstimos e financiamentos. Noções de contabilidade, princípios e conceitos. Registros. Escrituração. Demonstrativos. Orçamento. Orçamento tradicional e orçamento moderno. Demonstrativos contábil-financeiros. Informática básica, conceitos e práticas fundamentais. *MS Office 2010*.

Correspondência Oficial. Redação Oficial. Redação de leis e decretos, técnica legislativa. Redação de atos normativos. Análise e redação de documentos. Expedientes, sumários, requerimentos, requisições, formulários, relatórios, cartas comerciais, ofícios, circulares, pareceres, atas, minutas, portarias, declarações, notificações, certidões, gráficos, mapas, empenhos, liquidações, demonstrativos. Editais, procurações, protocolos, contratos, correspondência, mensagens eletrônicas. Atendimento. Arquivos, conceitos, sistemas e práticas. Fundamentos da administração pública. Contratos. Gestão de contratos. Licitações. Conceitos e práticas. Lei de licitações – Lei 8.666 de 1993. Comunicação. Comunicação na empresa. Conceitos e práticas. Treinamentos. Reuniões. Assembleias. Estudos. Previsões. Rotina e trabalho.

Noções de Direito Administrativo. Natureza pública, agentes e integrantes da administração pública. Direito constitucional, noções e princípios.

**REFERÊNCIAS**

CARRANZA, Giovanna. Administração Geral e Pública. Editora *jusPODIVM*. 5ª Edição. 2018.

Constituição Federal do Brasil de 1988.

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)

CRUZ, Jabson Tamandaré da; PEREIRA, Leandro. Rotinas de estoque e almoxarifado. Editora Senac são Paulo; Rio de Janeiro, 2015.

DANNY, Samy. Introdução a Finanças empresariais. São Paulo. Editora Érica-Saraiva, 2015.

ERGAFONTE, Ayrton e RODRIGUES, Célia Regina. Assistente Administrativo. Ed. Komedi. Campinas, 2009.

D'ASCENÇÃO, Luiz Carlos M. Organização, Sistemas e Métodos. São Paulo. Ed. Atlas, 2012.

DIAS, Marco Aurélio P. Administração de Materiais: Princípios, Conceitos e Gestão. 6ª Edição. Ed. Atlas, 2014.

FERREIRA, Maria Cecília. Informática Aplicada. Editora Érica. São Paulo. 2014.

FRANÇA, Ana Cristina Limongi. Prática de Recursos Humanos PRH. Conceitos, Ferramentas e Procedimentos. São Paulo. Ed. Atlas, 2014.

GIACOMONI, James. Orçamento Público. Editora Atlas, 2007.

HOOG, Wilson Alberto Zappa. *Escrituração Contábil: aspectos essenciais à sua validação*. Curitiba. Ed. Juruá, 2015.

*Licitações e Contratos da Administração Pública - Coleção Saraiva de Legislação - 16ª Ed.* 2015

MAXIMIANO, Antônio César Amaru. *Introdução à Administração*. 8ª ed. revista e ampliada. São Paulo: Atlas, 2011.

MANUAL DE REDAÇÃO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. 3ª ed. revista, atualizada e ampliada, portaria 1379 de 27 de dezembro de 2018.

MEDEIROS, João Bosco. *Português Instrumental: Contém Técnicas de Elaboração de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)*. 10ª ed. São Paulo. Atlas. 2014.

PAES, Marilena Leite. *Arquivo: teoria e prática*. 3ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2013.

PALUDO, Augustinho. *Administração Pública*. 3ª Edição. Rio de Janeiro. Ed. Elsevier, 2013.

PAOLESCHI, BRUNO. *Almoxarifado e Gestão de Estoques. Do recebimento, guarda e expedição à distribuição do estoque*. 2ª Edição. São Paulo. Ed. Érica, 2013.

PIETRO, Maria Sylvia Zanella Di. *Edição: Direito administrativo*. Editora forense. 2018

RIBEIRO, Osiris Mendes & LACOMBE, Francisco José Masset. *Gestão e Controle do patrimônio. A contabilidade na prática*. Saraiva. São Paulo, 2013.

SANTOS, dos José Luiz. *Contabilidade Geral*. São Paulo. Ed. Atlas, 2006.

SENAI. *Assistente Administrativo. Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial*. – São Paulo: SENAI-SP Editora, 2014.

<b>NÍVEL SUPERIOR</b>
-----------------------

<b>LÍNGUA PORTUGUESA</b>
--------------------------

### PROGRAMA

Compreensão e interpretação de textos; Gêneros e tipos de texto; Figuras de Sintaxe; Figuras de Linguagem; Articulação textual, coesão e coerência textual; Morfossintaxe; Verbos: flexão, conjugação, vozes, correlação entre tempos e modos verbais; Concordância verbal e nominal; Regência verbal e nominal; Crase; Colocação pronominal; Estrutura da oração e do período: aspectos sintáticos e semânticos; Acentuação gráfica; Ortografia; Pontuação; Variação linguística.

### REFERÊNCIAS

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. *Vocabulário ortográfico da língua portuguesa, versão eletrônica*. Disponível em: <<https://www.academia.org.br/nossa-lingua/busca-no-vocabulario>>.

ANTUNES, Irandé. *Análise de textos - Fundamentos e práticas*. São Paulo: Parábola, 2010.

BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa*. 39ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2019.

CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. 7ª ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2016.

KOCH, Ingedore Grunfeld Vilaça; ELIAS, Vanda Maria. Ler e compreender - Os sentidos do texto. 3ª ed. São Paulo: Contexto, 2010.

LEXIKON. Dicionário Caldas Aulete, versão eletrônica. Disponível em: <<http://www.aulete.com.br/>>.

## RACIOCÍNIO LÓGICO

### PROGRAMA

Estrutura lógica de relações arbitrárias entre pessoas, lugares, coisas ou eventos fictícios; dedução de novas informações das relações fornecidas e avaliação das condições usadas para estabelecer a estrutura destas relações. Conhecimentos de matemática elementar necessários para resolver questões que envolvam estruturas lógicas, lógica de argumentação, lógica das proposições, uso dos conectivos (e, ou, não, se... então), tabelas verdade, relações, gráficos e diagramas. Raciocínio lógico envolvendo problemas aritméticos e geométricos com: Teoria dos Conjuntos (união e intersecção, diagrama de Venn) sequências numéricas: máximo divisor comum e mínimo múltiplo comum; análise combinatória; estatística e probabilidade.

### REFERÊNCIAS

CABRAL, Luis Cláudio; NUNES, Mauro César. *Raciocínio lógico e matemática para concursos*. 2. Ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.

DANTE, Luiz Roberto. *Matemática Contextos e Aplicações*. São Paulo: Editora Ática, 2014, 3v.

IMENES, Luiz Márcio. *Matemática para todos: Ensino Fundamental 5ª a 8ª séries*. São Paulo: Editora Scipione, 2006.

MORGADO, Augusto César; CÉSAR, Benjamin. *Raciocínio lógico-quantitativo*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.

SÁ, Ilydio Pereira de. *Raciocínio Lógico: concursos públicos, formação de professores*. 1.ed. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2008.

SERATES, Jonofon. *Raciocínio Lógico*. 7.ed. Brasília: JONOFON, 1998. Volume I e II.

## LEGISLAÇÃO

### PROGRAMA

Conhecimento da legislação do Município de Uberlândia, Lei Orgânica, Lei de Licitações e Estatuto do Servidor Público, entre outros atos normativos.

### REFERÊNCIAS

Regimento Interno da Câmara Municipal de Uberlândia. Resolução nº 31/2002.

Lei Orgânica do Município de Uberlândia.

Lei Complementar Municipal nº 040/1992 e suas alterações (Estatuto do Servidor Público do Município de Uberlândia).

Lei Complementar Municipal nº 647/2018 e nº 705/2020 com suas alterações (Plano de Cargos e Carreiras da Câmara Municipal de Uberlândia).

Lei nº 8.666/1993 e suas alterações (Lei de Licitações).

Lei nº 10.520/2002 e suas alterações (Institui a modalidade de licitação denominada Pregão).

Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações (Institui o Estatuto Nacional da ME e EPP).

Lei Municipal nº 8.814/2004 (Disciplina o Processo Administrativo no âmbito municipal).

Decreto Municipal nº 18.389/2019 (Regulamenta, no âmbito do Poder Executivo municipal, a responsabilização objetiva administrativa de pessoas jurídicas, de que trata a Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto 2013 e suas alterações, pela prática de atos contra a administração pública municipal).

CARVALHO FILHO, José dos Santos. *Manual de Direito Administrativo*. 32. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

FERNANDES, Bernardo Gonçalves. *Curso de Direito Constitucional*. 10. ed. Salvador: JusPodivm, 2018.

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS - ASSESSOR JURÍDICO

### PROGRAMA

#### 1. Direito Constitucional

1.1. Constitucionalismo e Constituição. Princípios constitucionais do Estado Brasileiro. Estado Democrático de direito. Direito Constitucional positivo brasileiro e legislação complementar. República Federativa do Brasil: direitos e garantias fundamentais; organização do Estado; organização dos Poderes; atribuições dos Poderes. Processo Legislativo. Comissão Parlamentar de Inquérito. Crimes de responsabilidade. Sistema de repartição de competências. Interpretação e aplicabilidade das normas constitucionais. Técnica de redação legislativa.

1.2. Organização político-administrativa estadual e municipal. Constituição do Estado. Lei Orgânica do Município. Competências legislativas e administrativas. Regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões.

1.3. Organização dos poderes municipais: Poder Executivo: organização, atribuições e funcionamento. Poder Legislativo Municipal: História e papel da Câmara dos vereadores. Organização, atribuições e funcionamento. Mesa da Câmara Municipal: organização e competência. Processo Legislativo. Vereadores: direitos, prerrogativas e deveres do mandato; perda do mandato. Exercício da função fiscalizadora. Controle Externo da Administração. Comissões: modalidades, composição, competência e finalidade. Regimento Interno da Câmara Municipal de Uberlândia.

1.4. Organização Municipal. Natureza e autonomia municipais no Brasil. Competências legislativas e administrativas do Município.

### REFERÊNCIAS

BONAVIDES, Paulo. Curso de direito constitucional. Malheiros.

FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. Do processo legislativo. Saraiva.

HORTA, Raul Machado. Estudos de direito constitucional. Del Rey.

MORAES, Alexandre de. Direito Constitucional. Atlas.

MOREIRA, Bernardo Motta; BERNARDES JÚNIOR, José Alcione (Coord.). A elaboração legislativa em perspectiva crítica. Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. 2020. Disponível em: <[https://www.almg.gov.br/consulte/publicacoes\\_assembleia/obras\\_referencia/arquivos/nepel-elaboracao-legislativa-perspectiva-critica.html](https://www.almg.gov.br/consulte/publicacoes_assembleia/obras_referencia/arquivos/nepel-elaboracao-legislativa-perspectiva-critica.html)>.

SILVA, José Afonso da. Curso de direito constitucional positivo. Malheiros.

## **2. Direito Administrativo**

- 2.1. O novo paradigma da Administração Pública a partir da Constituição de 1988. Princípios da administração pública.
- 2.2. Pessoa jurídica de direito público. Atos e contratos administrativos. Controle dos atos e contratos administrativos. Regime jurídico das licitações. Teoria dos poderes administrativos. Agentes públicos.
- 2.3. Serviços públicos. Processo Administrativo.
- 2.4. Parcerias na administração pública: permissão, concessão, terceirização, contratos de gestão.
- 2.5. Organizações Sociais, parcerias público-privadas, privatizações.
- 2.6. Regime Jurídico dos bens públicos. Responsabilidade Administrativa. Responsabilidade Fiscal. Desapropriação, servidão administrativa, tombamento, limitações administrativas.
- 2.7. Administração Pública municipal: serviços públicos locais.
- 2.8. Convênios e consórcios administrativos.
- 2.9. Administração Pública: administração direta e indireta. Desconcentração e descentralização administrativa: autarquias, fundações públicas, sociedades de economia mista e empresas públicas. Agências reguladoras e executivas. Planejamento administrativo. Funções institucionais da administração: administração de recursos humanos, materiais, financeiros e orçamentários.

## **REFERÊNCIAS**

- BANDEIRA DE MELLO, Celso Antônio. Curso de direito administrativo. Malheiros.
- CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de direito administrativo. Lumen Iuris.
- DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito administrativo. Atlas.
- MEDAUAR, Odete. O direito administrativo em evolução. Revista dos Tribunais.
- MEIRELLES, Hely Lopes. Direito administrativo brasileiro. Malheiros.

## **3. Direito tributário e financeiro**

- 3.1. Normas Gerais de Direito Tributário. Sistema Tributário Nacional. Código Tributário Nacional.
- 3.2. Limitações ao Poder de Tributar. Sistema de repartição de receitas tributárias. Impostos. Taxas. Contribuições de Melhoria. Contribuições. Tributos federais, estaduais e municipais: Conflitos de competência entre o Estado e os demais entes da federação. Isenção. Imunidade. Hipótese de não-incidência.
- 3.3. Normas gerais de direito financeiro: o processo legislativo das leis orçamentárias no Brasil. Limitações e vedações em matéria orçamentária. Lei de Responsabilidade fiscal: incentivos fiscais, renúncia de receitas tributárias.

## **REFERÊNCIAS**

- CARVALHO, Paulo de Barros. Curso de direito tributário. Saraiva.
- COELHO, Sacha Calmon Navarro. Curso de direito tributário brasileiro. Forense.
- HARADA, Kiyoshi. Direito financeiro e tributário. Atlas.
- MACHADO, Hugo de Brito. Curso de direito tributário. Saraiva.
- OLIVEIRA, Regis Fernandes de. Curso de direito financeiro. Revista dos Tribunais.



#### 4. Direito Eleitoral

4.1. Organização eleitoral. Voto. Modalidades. Sistemas eleitorais. Justiça eleitoral: órgãos e competências. Capacidade eleitoral. Elegibilidade e inelegibilidade. Partidos políticos: natureza jurídica e lei orgânica. Sistemas partidários. Alianças partidárias. Eleição. Garantias eleitorais. Propaganda eleitoral.

#### REFERÊNCIAS

CERQUEIRA, Thales Tácito Pontes Luz de Pádua. Direito eleitoral brasileiro. Del Rey.

COSTA, Adriano Soares da. Instituições de direito eleitoral. Del Rey.

#### 5. Direito Civil e Direito Processual Civil

5.1. Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro.

5.2. Da pessoa natural. Das pessoas jurídicas. Do domicílio. Dos bens. Dos fatos jurídicos. Do negócio jurídico. Dos atos jurídicos lícitos. Dos atos ilícitos. Da prescrição e da decadência. Do casamento. Relação de parentesco. Do regime de bens. Usufruto e administração dos bens dos filhos menores. Alimentos. Bem de família. União estável. Tutela e curatela. Posse. Propriedade. Servidões. Usufruto. Uso. Habitação. Direito do promitente comprador. Penhor. Hipoteca e anticrese. Direito das Obrigações. Modalidades. Transmissão. Adimplemento e Extinção. Inadimplemento. Contratos. Várias espécies de contrato. Atos unilaterais. Responsabilidade Civil. Sucessão em geral. Sucessão legítima. Sucessão testamentária. Inventário e Partilha. Direito de empresa. Empresário. Empresa individual de responsabilidade limitada. Sociedade. Estabelecimento. Institutos complementares.

5.3. Código de Processo Civil (Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015).

5.4. Processo e Constituição. A Constitucionalização do processo civil. Princípios constitucionais do processo civil. Inafastabilidade do controle jurisdicional. Direitos fundamentais e processo. A conexão entre os princípios do contraditório e da fundamentação das decisões jurisdicionais.

5.5. Normas de Direito Processual Civil. Natureza jurídica, fontes, princípios e garantias processuais civis, interpretação e direito processual intertemporal. Jurisdição: conceito, características, escopo, elementos, princípios e espécies. Jurisdição voluntária. Equivalentes jurisdicionais: autotutela, autocomposição, mediação (Lei nº 13.140/15), arbitragem. Ação: teorias, classificação, elementos, condições e cumulação. Perspectiva constitucional do direito de ação. Direito subjetivo, pretensão, ação de direito material e ação de direito processual: distinções. O vínculo entre as condições da ação e o mérito da causa. Competência: em razão do valor e da matéria. Competência funcional e territorial. Modificações de competência e declaração de incompetência. Sujeitos do processo. Partes e procuradores. Do Juiz. Ministério Público. Litisconsórcio. Assistência. Intervenção de terceiros. Processo: teorias, pressupostos processuais, atos processuais, lugar, tempo e forma dos atos processuais, prazos, comunicação dos atos processuais, distribuição e registro, valor da causa. Formação, suspensão e extinção do processo. Nulidades no processo civil. Sentença e coisa julgada: conceito, requisitos, vícios, efeitos e modalidades da sentença. Legitimidade das decisões judiciais. Classificações da sentença e as espécies de tutelas. Sentenças não satisfativas. Tutelas específicas: tutela inibitória mandamental, tutela inibitória executiva, tutela reintegratória ou de remoção do ilícito, tutela do adimplemento da obrigação contratual na forma específica, tutela ressarcitória na forma específica, tutela ressarcitória pelo equivalente monetário. Coisa julgada: conceito, requisitos, vícios, efeitos, modalidades e classificações. Os limites subjetivos, objetivos e temporais da coisa julgada. Eficácia preclusiva. A relativização da coisa julgada. Processo nos Tribunais: uniformização de jurisprudência, declaração de inconstitucionalidade e ordem do processo nos tribunais. Liquidação e cumprimento de sentença. Meios de impugnação das decisões judiciais. Recursos: conceito, princípios, requisitos de admissibilidade e efeitos. Recursos em espécie. Reexame

necessário. Ação rescisória. Lei Federal nº 8.038/90. Repercussão geral. Súmula. Súmula Vinculante. Lei Federal nº 11.417/06. Reclamação. Tutela de urgência. Tutela antecipada e tutela cautelar. Tutela antecipada genérica e específica. Ações cautelares nominadas e inominadas. Processo de execução: da execução em geral. As diversas espécies de execução. Defesas do devedor e de terceiros na execução. Remissão, suspensão e extinção do processo de execução.

## REFERÊNCIAS

ALVIM, Arruda. Manual de Direito Processual Civil. São Paulo. Editora Revista dos Tribunais.

BARBOSA MOREIRA, José Carlos. O novo processo civil brasileiro. Rio de Janeiro: Forense.

CÂMARA, Alexandre Freitas. Lições de Direito Processual Civil. Rio de Janeiro: Lúmen Juris

NERY JR. Nelson. NERY, Rosa Maria de Andrade. Código civil anotado e legislação extravagante em vigor. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais.

PEREIRA, Caio Mário da Silva. Instituições de Direito Civil. Rio de Janeiro: Forense

TEPEDINO, Gustavo. A parte geral do novo Código Civil. Estudos na perspectiva civil-constitucional. 2. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2003.

THEODORO JUNIOR, Humberto. Curso de Direito Processual Civil. Rio de Janeiro: Forense

## 6. Direito Penal e Processual Penal

6.1. Crimes contra a Administração Pública. Crimes de responsabilidade. Direito Penal Tributário: natureza jurídica da infração tributária. Princípios do Direito Penal Tributário. Evasão, elisão, sonegação e fraude. Diferentes tipos de infração tributária. Tentativa. Tipicidade. Irretroatividade da norma penal tributária. A subjetividade na infração tributária e causas que eliminam a subjetividade. A sanção tributária em geral. Causas de extinção da punibilidade. Lei nº 8.137/90.

6.2. Crimes e penas na Lei nº 8.666/93. Crimes contra o meio ambiente. Crimes contra o patrimônio público.

6.3. Inquérito policial: Conceito. Instauração. Procedimento. Prazos. Ação penal pública: condicionada, incondicionada. Privada. Privada subsidiária. Formas de procedimento. Jurisdição e competência. Competência originária dos Tribunais de Justiça em matéria penal. Processo e julgamento. Dos crimes de responsabilidade. Dos crimes contra a administração pública.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE FILHO, Edmar Oliveira. Direito penal tributário. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

BITENCOURT, Cezar Roberto. Tratado de direito penal. Vs. 1, 2, 3, 4 e 5. São Paulo: Saraiva.

FREITAS, Vladimir Passos de. FREITAS, Gilberto Passos de. Crimes contra a natureza. 8. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006.

GRECO FILHO. Vicente. Dos crimes da Lei de Licitações. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

LIMA, Marcellus Polastri. BIERRENBACH, Sheila. FREITAS, André Guilherme Tavares de. Crimes na Lei de Licitações. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2007.

NUCCI, Guilherme de Souza. Código de processo penal comentado. 6. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.

## 7. Direito do Trabalho e Processual do Trabalho

7.1. Conceito. Características. Divisão do Direito do Trabalho. Fundamentos. Fontes do Direito do Trabalho. Princípios de Direito do Trabalho. Relação de emprego. Requisitos para caracterização do contrato de trabalho.

Trabalhadores e empregados especiais. Empregador. Sucessão de titulares da empresa ou de empresários. Terceirização. Contrato de trabalho: conceito, características, requisitos, espécies, suspensão, alteração e extinção. Duração do trabalho. Repouso semanal remunerado e feriados. Intervalo intrajornada. Intervalo interjornadas. Férias. Salário. Equiparação salarial. Enquadramento e desvio de função. Isonomia salarial. Estabilidade. Greve.

7.2. Direito Coletivo do Trabalho: definição, princípios, sindicatos, formas extrajudiciais de solução dos conflitos coletivos de trabalho. Decreto-lei nº 5.452 de 1º de maio de 1943. Orientações Jurisprudenciais. Súmulas do Tribunal Superior do Trabalho.

7.3. Organização da Justiça do Trabalho. Jurisdição e competência da Justiça do Trabalho. Partes e Procuradores no Processo do Trabalho. Atos processuais: comunicação dos atos processuais, prazos, despesas processuais, negócio jurídico processual. Nulidades processuais. Petição Inicial. Audiências. Resposta do réu. Provas. Sentença e Coisa Julgada. Precedentes judiciais. Procedimento sumaríssimo. Recursos trabalhistas. Liquidação de sentença. Execução trabalhista.

## REFERÊNCIAS

BOMFIM, Vólia. Direito do Trabalho. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método. CARRION, Valentin. Comentários à Consolidação das Leis do Trabalho. São Paulo: Saraiva. DELGADO, Maurício Godinho. Curso de direito de trabalho. São Paulo: LTR.

SUSSEKIND, Arnaldo. Instituições do direito do trabalho. São Paulo: Ltr.

LEITE, Carlos Henrique Bezerra. Curso de direito processual do Trabalho. São Paulo: LTR. MIESSA, Élisson. Processo do Trabalho. Salvador: JusPodivm.

SCHIAVI, Mauro. Manual de direito processual do Trabalho. São Paulo: LTR.

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS - ASSESSOR TÉCNICO LEGISLATIVO

### PROGRAMA

**Direito Administrativo.** 1) Princípios da Administração Pública e a Administração Pública na Constituição da República Federativa do Brasil (1988); 2) Poderes e deveres da Administração Pública: Poder Vinculado, Poder Discricionário, Poder Hierárquico, Poder Disciplinar, Poder Regulamentar e Poder de Polícia.; 2.1) Administração Pública e o acesso a informações; 3) Organização Administrativa: Administração direta e indireta; 4) Atos Administrativos: Conceito, Requisitos, Atributos, Classificação dos Atos Administrativos, Mérito do Ato Administrativo, Validade, Eficácia, Invalidação e Convalidação dos Atos Administrativos; 5) Processos Administrativos; 6) Controle da Administração Pública: controle administrativo, legislativo e judicial; 7) Contratos administrativos; 8) Serviços públicos; 9) Bens públicos; 10) Domínio Público e Intervenção do Estado na Propriedade: Sujeitos, objeto e requisitos e natureza jurídica da desapropriação. Fases e tipos do procedimento desapropriatório 11) Servidores Públicos: Servidores Públicos na Constituição da República Federativa do Brasil (1988) e Regime dos servidores públicos civis; 12) Serviços Públicos; 13) Improbidade Administrativa.

### Referências:

BRASIL. Constituição da República de 1988.

BRASIL. Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990 e alterações.

BRASIL. Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992.

BRASIL. Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações.

BRASIL. Lei 8.987, de 13 de fevereiro de 1995 e alterações.

BRASIL. Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999 e alterações.

BRASIL. Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e alterações.

BRASIL. Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004.

BRASIL. Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito Administrativo**. 30 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2017.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. **Curso de Direito Administrativo**. 34. ed. São Paulo: Malheiros, 2019.

**Direito Constitucional.** 1) Poder Constituinte; 2) Hermenêutica Constitucional e Princípios Constitucionais; 3) Dos Princípios Fundamentais. 4) Dos Direitos e Garantias Fundamentais: Teoria dos Direitos Fundamentais; Direitos Fundamentais e a Constituição da República Federativa do Brasil (1988); 5) Ações Constitucionais: *habeas corpus*, *habeas data*, mandado de segurança, mandado de injunção, ação popular, ação civil pública, controle de constitucionalidade, reclamação constitucional; 6) Dos Direitos Sociais; 7) Da Nacionalidade; 8) Dos Direitos Políticos e dos Partidos Políticos; 9) Da Organização do Estado: Da Organização Político-Administrativa, Da União, Dos Estados Federados, Dos Municípios, Do Distrito Federal e dos Territórios, Da Intervenção; 10) Da Organização dos Poderes: Do Poder Legislativo, Do Processo Legislativo, Da Fiscalização Contábil, Financeira e Orçamentária, Do Poder Executivo, Do Poder Judiciário. 6) Das Funções Essenciais à Justiça; 7) Da Defesa do Estado e das Instituições Democráticas; 8) Da Segurança Pública; 9) Da Ordem Econômica e Financeira; 10) Da Ordem Social.

#### **Referências:**

BRASIL. Constituição da República de 1988.

BRASIL. Lei nº 4.717, de 29 de junho de 1965.

BRASIL. Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985.

BRASIL. Lei nº 9.507, de 12 de novembro de 1997.

BRASIL. Lei nº 9.868, de 10 de novembro de 1999.

BRASIL. Lei nº 9.882, de 3 de dezembro de 1999.

BRASIL. Lei nº 12.016, de 7 de agosto de 2009.

BRASIL. Lei nº 13.300, de 23 de junho de 2016.

BONAVIDES, Paulo. **Curso de Direito Constitucional**. 35. ed. São Paulo: Malheiros/Jus Podivm, 2020.

SAMPAIO, José Adércio Leite. **Teoria da Constituição e Dos Direitos Fundamentais**. Belo Horizonte: Del Rey, 2013.

**Direito Civil.** 1) Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro; 2) Das Pessoas: Das Pessoas Naturais, Das Pessoas Jurídicas, Do Domicílio; 3) Dos Bens; 4) Dos Fatos Jurídicos: Negócio Jurídico, Atos Jurídicos Lícitos, Atos Ilícitos, Prescrição e Decadência; 5) Direito Das Obrigações; 6) Dos Contratos Em Geral: Disposições Gerais E Da Extinção Do Contrato; 7) Da Responsabilidade Civil: Da Obrigação de Indenizar E Da Indenização; 8) Do Direito

Das Coisas: Da Posse, Dos Direitos Reais, Da Propriedade Da Aquisição Da Propriedade Imóvel, Da Aquisição Da Propriedade Móvel, Da Perda Da Propriedade.

**Referências:**

BRASIL. Código Civil. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, com alterações.

BRASIL. Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro. Lei nº 12.376, de 2010, com alterações.

DINIZ, Maria Helena. **Curso de Direito Civil Brasileiro**. 12. Ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2020.

VENOSA, Silvio de Salvo. **Direito Civil**. 20. Ed. São Paulo: Atlas, 2020.

**Direito Tributário.** 1) Da Tributação e do Orçamento, Do Sistema Tributário Nacional e Das Finanças Públicas na Constituição da República Federativa do Brasil (1988); 2) Conceito e classificação dos tributos; 3) Sistema Tributário e discriminação de competências tributárias: classificação, critérios de partilha, exercício da competência tributária. 4) Princípios e limitações constitucionais ao poder de tributar. 5) Vigência, interpretação, aplicação e integração da lei tributária. 6) Obrigação Tributária, fato gerador, sujeito ativo e passivo. 7) Administração tributária: fiscalização, dívida ativa, certidões negativas. 8) Imunidade e Isenção. Tributo. 9) Espécies tributárias: Tributos em espécie; 10) Impostos municipais: Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana, Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis, Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza. Federalismo Fiscal e Pacto Federativo. 11) Repartição das receitas tributárias. 12) Responsabilidade tributária. 13) O Simples Nacional.

**Referências:**

BRASIL. Constituição da República de 1988.

BRASIL. Código Tributário Nacional. Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, com alterações.

BRASIL. Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, com alterações.

AMARO, Luciano. **Direito Tributário Brasileiro**. 24. Ed. São Paulo: Saraiva, 2021.

**Direito Ambiental.** 1) O Meio Ambiente na Constituição da República Federativa do Brasil (1988). 2) Indígenas e Quilombolas na Constituição da República Federativa do Brasil (1988). 3) Diretrizes Gerais da Política Urbana (Lei 10.257/2001 e suas alterações posteriores); 4). Regularização fundiária rural e urbana (Lei 13.465/2017 e suas alterações posteriores).

**Referências:**

BRASIL. Constituição da República de 1988.

BRASIL. Lei nº 10.257, de 10 de julho 2001 e suas alterações posteriores

BRASIL. Lei nº 13.465, de 11 de julho de 2017.

SARLET, Ingo Wolfgang; FENSTERSEIFER, Tiago. **Curso de Direito Ambiental**. São Paulo: Gen, 2020.

**Direito do Consumidor.** 1) Dos Direitos do Consumidor: Disposições Gerais. 2) Dos Direitos Básicos do Consumidor. 3) Da Qualidade de Produtos e Serviços, da Prevenção e da Reparação dos Danos.

**Referências:**

BRASIL. Código de Defesa do Consumidor. Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990.

**Processo Legislativo.** 1) Elaboração, redação, alteração e consolidação das leis. Lei Complementar nº 95/1998 – Estabelece normas para a consolidação dos atos normativos.

#### Referências:

BRASIL. Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

## CONTABILISTA

### PROGRAMA

**Contabilidade Geral:** segundo a Lei nº. 6.404/1976 (atualizada) e segundo as normas do CFC (Conselho Federal de Contabilidade): Características qualitativas da informação contábil-financeira, Elementos das demonstrações contábeis (ativo, passivo, patrimônio líquido) - conceitos, classificação das contas em grupos e subgrupos, reconhecimento, critérios de mensuração; Tratamento contábil para estoques, ativos intangíveis e ativos imobilizados; Demonstrações Contábeis (Financeiras)- Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstração do Resultado Abrangente, Demonstração dos Fluxos de Caixa, e Notas Explicativas.

**Contabilidade Pública:** Demonstrações contábeis no setor público - definições, objetivos alcance, tipos, conteúdo (elementos), formas de apresentação, inter-relação entre as demonstrações, e obrigatoriedade de apresentação; Apresentação de Informação no Relatório Contábil de Propósito Geral das Entidades do Setor Público; Bases para a apresentação de demonstrações contábeis; Diferença entre regime de competência e regime de caixa; Informações sobre origens e aplicações de recursos; Plano de contas aplicado ao setor público; Aspectos orçamentário, patrimonial e fiscal da contabilidade aplicada ao setor público; Critérios gerais de evidenciação nas demonstrações contábeis no setor público; Estrutura conceitual para elaboração e divulgação de informação contábil de propósito geral pelas entidades do setor público.

**Receita e despesa públicas:** Definições e classificações; Estágios (etapas); Procedimentos contábeis e divulgação (evidenciação); Tratamento legal; Forma de contabilização e observância dos princípios contábeis; Receitas e despesas orçamentárias e extra orçamentárias; Despesas de exercícios anteriores.

**Orçamento Público:** Conceito, classificação e tipos; Princípios orçamentários; Ciclo orçamentário; Elaboração do orçamento; Previsões anuais e plurianuais; Exercício financeiro; Créditos adicionais; Orçamento por programas; Diretrizes orçamentárias; Programação financeira e transferências financeiras; Restos a pagar; Dívida pública; Operações de crédito.

**Auditoria de demonstrações contábeis:** Objetivos do auditor; Riscos de auditoria; Ceticismo e julgamento profissional do auditor; Planejamento da auditoria de demonstrações contábeis; Evidências de auditoria; Identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis por meio do controle interno da entidade; Ambiente de controle interno da entidade; Componentes do controle interno; Procedimentos de auditoria em resposta aos riscos avaliados de distorção relevante no nível de afirmações.

**Contratos e compras na administração pública:** processo licitatório, concorrência, tomada de preços, convite, concurso, leilão, pregão, dispensa de licitação, habilitação de fornecedores, formalização, alteração e execução de contratos.

### REFERÊNCIAS

BRASIL. Leis Federais nº 4.320/1964 (orçamentos e balanços no setor público), nº 6.404/1976 (contabilidade no setor privado), nº 8.666/1993 (licitações e contratos no setor público), nº 101/2000 (responsabilidade na gestão fiscal), nº 10.520/2002 (pregão no setor público).

BRASIL. Manual de contabilidade aplicada ao setor público - MCASP, edição mais atual, vigente na data da publicação do programa.

BRASIL. Resoluções do CFC (Conselho Federal de Contabilidade) relativas às Normas Brasileiras de Contabilidade, sempre a versão vigente, mais atualizada (R1, R2, R3, ...) na data da publicação do programa:

- NBC T 19.17 (Ajuste a Valor Presente).
- NBC TG 04 (Ativo Intangível).
- NBC TG ESTRUTURA CONCEITUAL (Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro).
- NBC TG 16 (Estoques).
- NBC TSP 04 (Estoques).
- NBC TG 27 (Ativo Imobilizado).
- NBC TSP 07 (ativo imobilizado).
- NBC TSP 08 (Ativo Intangível).00000
- NBC TSP 11 (apresentação das demonstrações contábeis).
- NBC TG 26 (Apresentação das Demonstrações Contábeis).
- NBC TG 25 (Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes).
- NBC TG 03 (Demonstração dos Fluxos de Caixa).
- NBC TA 200 (objetivos gerais do auditor independente e a condução da auditoria em conformidade com normas de auditoria).
- NBC TA 230 (documentação de auditoria).
- NBC TA 260 (comunicação com os responsáveis pela governança).
- NBC TA 265 (comunicação de deficiências de controle interno).
- NBC TA 300 (planejamento da auditoria de demonstrações contábeis).
- NBC TA 315 (riscos de distorção relevante).
- NBC TA 330 (resposta do auditor aos riscos avaliados).
- NBC TA 500 (evidência de auditoria).
- NBC TSP 05 (Contratos de Concessão de Serviços Públicos: Concedente).